

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	3
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito	3
1.3. Nomenclatura	3
1.4. Características do Direito Penal	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal.....	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal	10
1.8. A ciência do Direito Penal	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10

1.8.3.	Política criminal.....	11
1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia	12
1.9.	Divisões do Direito Penal	12
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário	12
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	13
1.9.7.	Direito Penal objetivo.....	13
1.9.8.	Direito Penal subjetivo	13
1.9.9.	Direito Penal material.....	13
1.9.10.	Direito Penal formal	13
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento	14
1.10.3.1.	Constituição Federal.....	14
1.10.3.2.	Jurisprudência	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	16
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	16
1.10.3.5.	Costumes.....	17
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	18
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública	18

CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL..... 19

2.1.	Conceito	19
2.2.	Princípios em espécie.....	19
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade	19
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....	21
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	22
2.2.2.	Princípio da anterioridade.....	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	25
2.2.3.1.	Introdução.....	25
2.2.3.2.	Finalidade.....	25

2.2.3.3.	Natureza jurídica	25
2.2.3.4.	Requisitos.....	26
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	30
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo.....	40
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado	41
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	41
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....	42
2.2.4.	Princípio da individualização da pena	43
2.2.5.	Princípio da alteridade	43
2.2.6.	Princípio da confiança.....	44
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	44
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	45
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	46
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade	47
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade	48
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	50
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	51
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	51
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal	52
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	52
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	53
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	53
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	53
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva.....	54
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	54
2.2.18.	Princípio da isonomia	58

CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL..... 59

3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	59
3.1.1.	Introdução.....	59
3.1.2.	Vingança divina	59
3.1.3.	Vingança privada.....	60
3.1.4.	Vingança pública	61

3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano	62
3.2.1.	Direito Penal grego	62
3.2.2.	Direito Penal romano	62
3.3.	Idade Média	63
3.3.1.	Direito Penal germânico	63
3.3.2.	Direito Penal canônico	64
3.4.	Idade Moderna	66
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria	66
CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO		69
4.1.	Período Colonial	69
4.2.	Código Criminal do Império	70
4.3.	Período Republicano	71
CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS		73
5.1.	Escola Clássica	73
5.2.	Escola Positiva	74
5.3.	Correcionalismo Penal	75
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal	76
5.5.	A defesa social	77
CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL		81
6.1.	Positivismo jurídico	81
6.2.	Neokantismo penal	82
6.3.	Garantismo penal	82
6.4.	Funcionalismo penal	83
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique	84
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn	85
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna	86
6.5.1.	Introdução	86
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção	88
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal	91
6.5.4.	Direito Penal do inimigo	92
6.5.4.1.	Noções preliminares	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo	94

6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal	96
6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	97
CAPÍTULO 7 – LEI PENAL.....		99
7.1.	Introdução.....	99
7.2.	Classificação.....	99
7.3.	Características da lei penal.....	101
7.4.	Lei penal em branco	101
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco	102
7.5.	Interpretação da lei penal	104
7.5.1.	Introdução.....	104
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	104
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	105
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva.....	105
7.5.5.	Interpretação progressiva	106
7.5.6.	Interpretação analógica.....	106
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica	106
7.6.	Analogia.....	107
7.6.1.	Introdução.....	107
7.6.2.	Espécies	107
7.7.	Lei penal no tempo.....	108
7.7.1.	Introdução.....	108
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	109
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	109
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i>	110
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	110
7.7.2.4.	Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>).....	114
7.7.2.5.	Lei penal intermediária	116
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional	116
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo	118
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	119
7.8.1.	Conceito	119
7.8.2.	Requisitos.....	120
7.8.3.	Localização no Direito Penal	120
7.8.4.	Finalidade.....	120
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	121

7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....	122
7.8.7.	Princípios para solução do conflito	122
7.8.7.1.	Princípio da especialidade	122
7.8.7.2.	Princípio da subsidiariedade.....	125
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção	126
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade	131
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	132
7.9.	Tempo do crime.....	133
7.10.	Lei penal no espaço	135
7.10.1.	Introdução.....	135
7.10.2.	Princípio da territorialidade.....	135
7.10.2.1.	Conceito de território.....	135
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	136
7.10.3.	Outros princípios.....	137
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade.....	137
7.10.3.2.	Princípio do domicílio	137
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção	138
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	138
7.10.3.5.	Princípio da representação	138
7.11.	Lugar do crime.....	139
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses	139
7.12.	Extraterritorialidade	140
7.12.1.	Introdução.....	140
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada	141
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i>	141
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	142
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada	142
7.13.	Lei penal em relação às pessoas	143
7.13.1.	Introdução.....	143
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	143
7.13.3.	Imunidades parlamentares.....	144
7.13.3.1.	Alocação.....	144
7.13.3.2.	Introdução.....	144
7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	145

7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade	145
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	148
7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade	150
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade	151
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio	151
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal.....	152
7.14.1.	Introdução.....	152
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira	152
7.14.3.	Contagem de prazo.....	153
7.14.4.	Frações não computáveis da pena.....	155
7.14.5.	Legislação especial.....	156

PARTE II

TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS 159

8.1.	Conceito de crime	159
8.1.1.	Critério material ou substancial	159
8.1.2.	Critério legal.....	160
8.1.2.1.	Crime e contravenção penal: outras distinções....	161
8.1.2.2.	Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas	162
8.1.3.	Critério analítico.....	164
8.1.4.	Critério adotado pelo Código Penal.....	165
8.2.	Ilícito penal e outros ilícitos.....	166
8.3.	Sujeitos do crime	167
8.3.1.	Sujeito ativo	167
8.3.1.1.	A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	167
8.3.2.	Sujeito passivo	171
8.4.	Objeto do crime.....	172

CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES 173

9.1.	Introdução.....	173
9.1.1.	Crimes comuns, próprios e de mão própria.....	173
9.1.2.	Crimes simples e complexos	174
9.1.2.1.	Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....	175
9.1.3.	Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	175
9.1.4.	Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo.....	176

9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	177
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	177
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	178
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	178
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	179
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	181
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos.....	181
9.1.12.	Crimes principais e acessórios.....	181
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	182
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	182
9.1.15.	Crimes independentes e conexos.....	182
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados.....	183
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	183
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	183
9.1.19.	Outras classificações.....	184
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	184
9.1.19.2.	Crime de ímpeto.....	184
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	184
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	185
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento.....	185
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra.....	185
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	185
9.1.19.8.	Crime vago.....	185
9.1.19.9.	Crime internacional.....	185
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....	185
9.1.19.11.	Crime inominado.....	186
9.1.19.12.	Crime habitual.....	186
9.1.19.13.	Crime profissional.....	186
9.1.19.14.	Quase crime.....	186
9.1.19.15.	Crime subsidiário.....	186
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	186
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	187
9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente.....	187
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal.....	187

9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	187
9.1.19.21.	Crime de ação violenta	187
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa	187
9.1.19.23.	Crime falho	187
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	188
9.1.19.25.	Crime remetido	188
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	188
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	188
9.1.19.28.	Crime progressivo	188
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	188
9.1.19.30.	Crimes de impressão	189
9.1.19.31.	Crimes militares.....	189
9.1.19.32.	Crimes falimentares	191
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i>	191
9.1.19.34.	Crimes parcelares	191
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica.....	191
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul	191
9.1.19.37.	Crime liliputiano	192
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	193
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo	193
9.1.19.40.	Crimes de olvido	193
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	193
9.1.19.42.	Crime achado.....	193

CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO 195

10.1.	Introdução.....	195
10.2.	Conduta.....	196
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....	196
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	198
10.2.3.	Teoria cibernética	199
10.2.4.	Teoria social.....	200
10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	200
10.2.6.	Teoria da ação significativa	201
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	202
10.2.8.	Formas de conduta.....	203

10.2.9.	Teorias acerca da omissão	204
10.2.10.	Caracteres da conduta	204
10.2.11.	Exclusão da conduta	205
10.3.	Resultado	206
10.3.1.	Conceito	206
10.3.2.	Denominação	206
10.3.3.	Espécies	206
10.4.	Relação de causalidade ou nexos causal	207
10.4.1.	Denominação	207
10.4.2.	Dispositivo legal	207
10.4.3.	Conceito	207
10.4.4.	Âmbito de aplicação	208
10.4.5.	Teorias	208
10.4.5.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal	209
10.4.6.	Concausas	210
10.4.6.1.	Introdução	210
10.4.6.2.	Causas dependentes e independentes	210
10.4.7.	Relevância da omissão	214
10.4.7.1.	Conceito e alcance	214
10.4.7.2.	Teoria adotada	215
10.4.7.3.	Dever de agir: critérios existentes para sua definição	215
10.4.7.4.	Poder de agir	216
10.4.7.5.	Hipóteses de dever de agir	216
10.4.8.	A questão da dupla causalidade	218
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva	219
10.4.9.1.	Evolução histórica	219
10.4.9.2.	Introdução	219
10.4.9.3.	Conceito e análise dos pressupostos	221
10.4.9.4.	A imputação objetiva para Jakobs e Roxin	224
10.4.9.5.	Conclusões	225
10.4.9.6.	Direito Penal Quântico	225
10.4.10.	Teoria da condição mínima	226
10.5.	Tipicidade	227
10.5.1.	Conceito	227
10.5.2.	Evolução doutrinária	227
10.5.2.1.	Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal	228
10.5.3.	Teoria dos elementos negativos do tipo	229

10.5.4.	Teoria da tipicidade conglobante.....	229
10.5.5.	Adequação típica: conceito e espécies.....	230
CAPÍTULO 11 - TEORIA DO TIPO		233
11.1.	Conceito	233
11.2.	Espécies.....	233
11.3.	Tipo legal	233
11.4.	Funções do tipo legal.....	233
11.4.1.	Função de garantia.....	234
11.4.2.	Função fundamentadora	234
11.4.3.	Função indiciária da ilicitude.....	234
11.4.4.	Função diferenciadora do erro	235
11.4.5.	Função seletiva.....	235
11.5.	Estrutura do tipo legal.....	235
11.5.1.	Elementos modais.....	237
11.6.	Classificação doutrinária do tipo legal	237
11.6.1.	Tipo normal e tipo anormal	237
11.6.2.	Tipo fundamental e tipo derivado.....	237
11.6.3.	Tipo fechado e tipo aberto	238
11.6.4.	Tipo de autor e tipo de fato.....	238
11.6.5.	Tipo simples e tipo misto.....	238
11.6.6.	Tipo congruente e tipo incongruente.....	239
11.6.7.	Tipo complexo	239
11.6.8.	Tipo preventivo.....	239
CAPÍTULO 12 - CRIME DOLOSO		241
12.1.	Introdução.....	241
12.2.	Teorias do dolo	241
12.2.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	241
12.3.	Elementos do dolo.....	242
12.4.	Dolo natural e dolo normativo.....	243
12.5.	Espécies de dolo.....	243
12.5.1.	Dolo direto e dolo indireto	243
12.5.1.1.	Dolo eventual e os crimes de trânsito	245
12.5.2.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	246
12.5.3.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino)	246
12.5.4.	Dolo genérico e dolo específico.....	247
12.5.5.	Dolo presumido.....	247

12.5.6. Dolo de dano e dolo de perigo	247
12.5.7. Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau	248
12.5.8. Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	248
12.5.9. Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente	249
12.5.10. Dolo abandonado	249
12.5.11. Dolo unitário ou global	250
12.6. O dolo nas contravenções penais	250
12.7. Prova do dolo e teoria dos indicadores externos	251
12.8. Dolo sem vontade	251
CAPÍTULO 13 - CRIME CULPOSO	253
13.1. Introdução	253
13.2. Fundamento da punibilidade da culpa	253
13.3. Conceito de crime culposo	254
13.4. Elementos do crime culposo	254
13.4.1. Conduta voluntária	255
13.4.2. Violação do dever objetivo de cuidado	255
13.4.2.1. Apontamentos gerais	255
13.4.2.2. Modalidades de culpa	256
13.4.3. Resultado naturalístico involuntário	258
13.4.4. Nexo causal	258
13.4.5. Tipicidade	259
13.4.6. Previsibilidade objetiva	259
13.4.7. Ausência de previsão	260
13.5. Espécies de culpa	260
13.5.1. Culpa inconsciente e culpa consciente	260
13.5.2. Culpa própria e culpa imprópria	261
13.5.3. Culpa mediata ou indireta	262
13.5.4. Culpa presumida	262
13.6. Graus de culpa	263
13.7. Compensação de culpas	264
13.8. Concorrência de culpas	264
13.9. Caráter excepcional do crime culposo	264
13.10. Exclusão da culpa	265
CAPÍTULO 14 - CRIME PRETERDOLOSO	267
14.1. Conceito	267
14.2. Relação entre dolo e culpa	267

14.3. <i>Versari in re illicita</i>	268
14.4. Crimes qualificados pelo resultado	268
CAPÍTULO 15 - ERRO DE TIPO	271
15.1. Introdução.....	271
15.2. Previsão legal.....	271
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento	271
15.4. Conceito	272
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....	272
15.5. Espécies.....	272
15.6. Efeitos.....	273
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....	273
15.8. Descriminantes putativas.....	274
15.9. Erro determinado por terceiro.....	276
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas	276
15.10. Erro de tipo acidental.....	277
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i>	277
15.10.2. Erro sobre o objeto	278
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras	278
15.10.4. Erro sobre o nexu causal ou <i>aberratio causae</i>	278
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i>	279
15.10.5.1. Espécies de erro na execução	280
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>	280
15.10.6.1. Espécies	281
15.11. Gráfico conclusivo	281
CAPÍTULO 16 - <i>ITER CRIMINIS</i>.....	283
16.1. Conceito	283
16.2. Fase interna: cogitação.....	283
16.3. Fase externa	284
16.3.1. Preparação.....	284
16.3.2. Execução.....	285
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	285
16.3.4. Consumação	287
16.4. O exaurimento	288
CAPÍTULO 17 - TENTATIVA.....	289
17.1. Dispositivo legal.....	289

17.2. Conceito	289
17.3. Denominação.....	289
17.4. Elementos.....	289
17.5. Natureza jurídica.....	290
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa	290
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal	291
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	291
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Crimi- nais	292
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar	292
17.10. Espécies de tentativa	292
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta	293
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha	293
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	293
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	293
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto	293
17.12. Tentativa e dolo eventual	294
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	295
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada	298

CAPÍTULO 18 - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	299
18.1. Dispositivo legal.....	299
18.2. Distinção com a tentativa	299
18.3. Fundamento	300
18.4. Natureza jurídica.....	300
18.5. Desistência voluntária	301
18.6. Arrependimento eficaz.....	301
18.7. Requisitos	302
18.8. Motivos	302
18.9. Efeito	302
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	302
18.11. Adiamento da prática do crime.....	302
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	303
18.13. Tentativa qualificada.....	303
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	304

CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR	305
19.1. Conceito	305
19.2. Alocação do instituto	305
19.3. Natureza jurídica	305
19.4. Extensão do benefício	306
19.5. Fundamentos	306
19.6. Requisitos	306
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas	308
19.8. Critério para redução da pena	308
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa	309
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano	309
19.10.1. Peculato culposo	309
19.10.2. Juizados Especiais Criminais	309
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária	310
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal	310
CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL	311
20.1. Conceito	311
20.2. Natureza jurídica	311
20.3. Teorias sobre o crime impossível	312
20.4. Espécies de crime impossível	313
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta	314
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível	314
20.7. Crime putativo e crime impossível	315
20.7.1. Conceito de crime putativo	315
20.7.2. Espécies de crime putativo	315
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo	317
CAPÍTULO 21 – ILICITUDE	319
21.1. Conceito	319
21.2. Ilicitude formal e ilicitude material	319
21.3. Concepção unitária	319
21.4. Terminologia	320
21.5. Ilícito e injusto	321
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica	321
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva	322

21.8.	Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	322
21.9.	Causas de exclusão da ilicitude.....	322
21.9.1.	Introdução.....	322
21.9.2.	Nomenclatura.....	323
21.9.3.	Previsão legal.....	323
21.9.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	324
21.9.5.	Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais.....	325
21.9.5.1.	Prisão provisória e causas de exclusão da ilicitude.....	325
21.9.6.	Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	326
21.9.6.1.	Consentimento do ofendido.....	327
21.9.7.	Descriminante em branco (ou excludente da ilicitude em branco).....	330
21.9.8.	Visão geral.....	331
CAPÍTULO 22 - ESTADO DE NECESSIDADE.....		333
22.1.	Dispositivo legal.....	333
22.2.	Conceito.....	333
22.3.	Natureza jurídica.....	333
22.4.	Teorias.....	334
22.5.	Requisitos.....	335
22.5.1.	Situação de necessidade.....	336
22.5.1.1.	Perigo atual.....	336
22.5.1.2.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	336
22.5.1.3.	Ameaça a direito próprio ou alheio.....	338
22.5.1.4.	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	338
22.5.2.	Fato necessitado.....	339
22.5.2.1.	Inevitabilidade do perigo por outro modo.....	339
22.5.2.2.	Proporcionalidade.....	340
22.6.	Causa de diminuição da pena.....	340
22.7.	Espécies de estado de necessidade.....	340
22.7.1.	Quanto ao bem sacrificado.....	340
22.7.2.	Quanto à titularidade do bem jurídico preservado.....	341
22.7.3.	Quanto à origem da situação de perigo.....	341
22.7.4.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente.....	341
22.8.	Estado de necessidade recíproco.....	341
22.9.	Casos específicos de estado de necessidade.....	342

22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade.....	342
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais.....	342
22.12. Estado de necessidade e erro na execução.....	343
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	343
CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA.....	345
23.1. Fundamento.....	345
23.2. Dispositivo legal.....	346
23.3. Natureza jurídica e conceito.....	346
23.4. Requisitos legais.....	346
23.4.1. Agressão injusta.....	346
23.4.2. Agressão atual ou iminente.....	347
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio.....	348
23.4.4. Reação com os meios necessários.....	348
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários.....	349
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime.....	350
23.6. Legítima defesa e vingança.....	351
23.7. Desafio e legítima defesa.....	351
23.8. Espécies de legítima defesa.....	351
23.8.1. Quanto à forma de reação.....	351
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido.....	352
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende.....	352
23.8.4. Legítima defesa da honra.....	352
23.8.5. Legítima defesa presumida.....	353
23.8.6. Legítima defesa sucessiva.....	354
23.9. Legítima defesa contra a multidão.....	354
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	354
23.11. Legítima defesa nas relações familiares.....	354
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	355
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido.....	355
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa.....	355
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade.....	356
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade... ..	356
23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade....	357
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção.....	358
CAPÍTULO 24 – ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL.....	359
24.1. Dispositivo legal.....	359

24.2. Natureza jurídica.....	359
24.3. Conceito	359
24.4. Fundamento.....	359
24.5. Dever legal.....	360
24.6. Destinatários da excludente.....	360
24.7. Limites da excludente	361
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos	361
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude	361
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado	361
CAPÍTULO 25 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	363
25.1. Dispositivo legal.....	363
25.2. Natureza jurídica.....	363
25.3. Conceito	363
25.4. Limites da excludente	364
25.5. Costumes.....	364
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito	365
25.7. Lesões em atividades esportivas.....	365
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas	365
25.9. Ofendículas	366
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade	367
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas.....	367
CAPÍTULO 26 - EXCESSO.....	369
26.1. Introdução.....	369
26.2. Dispositivo legal e alcance.....	369
26.3. Conceito	370
26.4. Espécies.....	370
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....	370
26.4.2. Intensivo e extensivo.....	371
26.5. Legítima defesa e excesso.....	371
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso	372
CAPÍTULO 27 - CULPABILIDADE	375
27.1. Introdução.....	375
27.2. Conceito	376

27.3. Culpabilidade pelo fato.....	376
27.4. Fundamento da culpabilidade.....	376
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade.....	376
27.5.1. Teoria psicológica.....	376
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	378
27.5.3. Teoria normativa pura.....	379
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal.....	380
27.7. Teoria funcional da culpabilidade.....	381
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade.....	381
27.9. Culpabilidade.....	381
27.9.1. Culpabilidade às avessas.....	382
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	383
27.11. Graus de culpabilidade.....	383
27.12. Dirimentes.....	384
CAPÍTULO 28 - IMPUTABILIDADE PENAL.....	385
28.1. Introdução.....	385
28.2. Conceito.....	385
28.3. Momento para constatação da imputabilidade.....	386
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	386
28.5. Causas de inimputabilidade.....	387
28.6. Menoridade.....	387
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	387
28.6.2. Redução da maioridade penal.....	388
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal.....	388
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares.....	388
28.7. Inimputabilidade por doença mental.....	389
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez.....	389
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....	389
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	389
28.10. A perícia médica.....	390
28.11. Efeitos da inimputabilidade.....	392
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	392
28.12.1. Dispositivo legal.....	392
28.12.2. Nomenclatura.....	392
28.12.3. Conceito.....	393
28.12.4. Sistema adotado.....	393

28.12.5. Natureza jurídica	393
28.12.6. Efeitos	394
28.13. Emoção e paixão.....	395
28.13.1. Apontamento histórico	395
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal	395
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções	395
28.13.4. Efeitos	396
28.13.5. Emoção e paixão patológicas	396
28.13.6. Espécies	396
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....	396
28.13.8. A questão do homicídio passional.....	397
28.14. Embriaguez	398
28.14.1. Conceito	398
28.14.2. Denominação	398
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..	398
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....	398
28.14.5. Espécies de embriaguez.....	399
28.14.5.1. Quanto à intensidade.....	399
28.14.5.2. Quanto à origem	399
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança	400
28.14.7. Prova da embriaguez	400
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro	400
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	404

CAPÍTULO 29 - POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE 409

29.1. Introdução.....	409
29.2. Evolução	409
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	410
29.4. Exclusão.....	411
29.4.1. Erro de proibição.....	411
29.4.1.1. Introdução.....	411
29.4.1.2. Desconhecimento da lei (<i>ignorantia legis</i>).....	411
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição	412
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável	412
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição.....	413

29.4.1.6.	Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	414
29.4.1.7.	Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	415
29.4.1.8.	Diferença entre erro de tipo e erro de proibição....	415
29.4.1.9.	O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato	415
CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....		417
30.1.	Conceito	417
30.2.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	417
30.2.1.	Origem histórica.....	417
30.2.2.	Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	418
30.3.	Coação moral irresistível.....	419
30.3.1.	Dispositivo legal e incidência.....	419
30.3.2.	Fundamento.....	419
30.3.3.	Requisitos.....	420
30.3.4.	Efeitos	420
30.3.5.	Temor reverencial.....	421
30.4.	Obediência hierárquica.....	421
30.4.1.	Dispositivo legal.....	421
30.4.2.	Conceito	421
30.4.3.	Fundamentos	422
30.4.4.	Requisitos.....	422
30.4.5.	Efeitos	423
CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS		425
31.1.	Tratamento legislativo	425
31.2.	Denominação.....	425
31.3.	Conceito	425
31.4.	Requisitos	425
31.4.1.	Pluralidade de agentes culpáveis	425
31.4.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado	427
31.4.3.	Vínculo subjetivo	427
31.4.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes	428
31.4.5.	Existência de fato punível.....	429
31.5.	Autoria.....	430
31.5.1.	Teorias.....	430

31.5.2.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	432
31.6.	Punibilidade no concurso de pessoas.....	433
31.7.	Cooperação dolosamente distinta.....	434
31.8.	Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	435
31.8.1.	Coautoria.....	435
31.8.1.1.	Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....	436
31.8.1.2.	O executor de reserva.....	436
31.8.1.3.	Coautoria sucessiva.....	437
31.8.1.4.	Coautoria em crimes omissivos.....	437
31.8.1.5.	A autoria mediata.....	438
31.8.1.6.	Autoria por determinação.....	439
31.8.1.7.	Autoria de escritório.....	440
31.8.1.8.	A teoria do domínio da organização.....	441
31.8.1.9.	Autoria por convicção.....	441
31.8.2.	Participação.....	442
31.8.2.1.	Espécies.....	442
31.8.2.2.	Punição do partícipe: teorias da acessoriedade....	443
31.8.2.3.	Participação de menor importância.....	445
31.8.2.4.	Participação impunível.....	446
31.8.2.5.	Participação por omissão.....	446
31.8.2.6.	Conivência.....	447
31.8.2.7.	Participação sucessiva.....	447
31.8.2.8.	Participação em cadeia ou participação da participação.....	447
31.8.2.9.	Participação em ação alheia.....	447
31.9.	Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	448
31.9.1.	Distinção entre elementares e circunstâncias.....	448
31.9.2.	Espécies de elementares e de circunstâncias.....	448
31.9.3.	Condições de caráter pessoal.....	449
31.9.4.	As regras do art. 30 do Código Penal.....	449
31.9.5.	Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	450
31.10.	O excesso no mandato criminal.....	450
31.11.	Questões diversas.....	451
31.11.1.	Autoria colateral.....	451
31.11.2.	Autoria incerta.....	451
31.11.3.	Autoria desconhecida.....	452

31.12. Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	452
31.12.1. Denúncia geral <i>versus</i> processo penal kafkiano (“criptoimputação”)	453
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos	454
31.13.1. Coautoria e crimes culposos	455
31.13.2. Participação e crimes culposos.....	455

PARTE III

TEORIA GERAL DA PENA

CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....	459
32.1. Sanção penal.....	459
32.2. Conceito	459
32.3. Princípios.....	460
32.4. Teorias e finalidades.....	462
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	462
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas	463
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	465
32.4.4. Teoria agnóstica	466
32.5. Função social da pena	466
32.6. Fundamentos da pena.....	467
32.7. Cominação das penas	468
32.8. Classificação das penas.....	469
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	469
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	469
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal	470
32.9. Abolicionismo penal	470
32.10. Justiça restaurativa.....	472
32.11. Justiça penal negociada	474
32.12. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”).....	474
CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	477
33.1. Conceito	477
33.2. Espécies.....	477
33.3. Regimes penitenciários	477
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	477

33.4.1.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados	478
33.4.2.	Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	480
33.5.	Competência para execução da pena privativa de liberdade	483
33.6.	Jurisdicionalização da execução penal.....	483
33.6.1.	Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros	483
33.7.	Pena de reclusão	483
33.8.	Pena de detenção.....	485
33.9.	Pena de prisão simples	485
33.10.	Diferenças entre reclusão e detenção.....	485
33.11.	Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso.....	486
33.12.	Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória	486
33.13.	Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	487
33.14.	Progressão de regime prisional	487
33.14.1.	Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência	492
33.14.2.	Proibição da progressão “por saltos”	494
33.14.3.	Progressão e crimes contra a Administração Pública	494
33.14.4.	Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	495
33.14.5.	Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum.....	497
33.14.6.	Progressão e nova condenação	499
33.14.7.	Processamento do pedido de progressão.....	500
33.14.8.	Progressão e prática de falta grave.....	500
33.14.9.	Progressão e <i>habeas corpus</i>	501
33.14.10.	Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito	501
33.14.11.	Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	501
33.14.12.	Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite	502
33.14.13.	Progressão de regime e prisão em unidade militar.....	502
33.14.14.	Progressão de regime e cumprimento da pena em penitenciária federal de segurança máxima.....	502
33.14.15.	Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial	503
33.15.	Regressão.....	503

33.15.1. Regressão “por saltos”	506
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória	506
33.15.3. Regressão cautelar	506
33.16. Execução provisória	507
33.16.1. Execução provisória de réu preso	507
33.16.2. Execução provisória de réu solto	508
33.16.2.1. Introdução.....	508
33.16.2.2. A execução provisória da pena no direito comparado.....	510
33.16.2.3. A relatividade da presunção de inocência.....	510
33.16.2.4. Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal	511
33.16.2.5. As vantagens proporcionadas pela execução provisória	513
33.16.2.6. Análise do art. 283 do Código de Processo Penal	514
33.16.3. Execução provisória de pena e desaforamento.....	515
33.16.4. Execução provisória e prisão especial	516
33.16.5. Execução provisória e Tribunal do Júri	516
33.16.5.1. Direito intertemporal.....	518
33.17. Autorizações de saída	518
33.17.1. Permissão de saída.....	518
33.17.2. Saída temporária.....	518
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica.....	520
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas.....	521
33.18. Regras do regime fechado.....	522
33.18.1. Local de cumprimento da pena.....	524
33.18.2. Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	525
33.18.2.1. Juízos colegiados.....	527
33.18.2.2. Líderes de organizações criminosas.....	527
33.18.3. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	528
33.19. Regras do regime semiaberto.....	532
33.19.1. Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	532
33.19.2. Regime semiaberto e recurso da defesa.....	533
33.19.3. Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar	533
33.20. Regras do regime aberto	535

33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	536
33.20.2. Legislação local	536
33.20.3. Prisão albergue domiciliar	536
33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção	537
33.20.3.2. Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i> coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal.....	538
33.20.3.3. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica	539
33.20.3.4. Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP n.º 05/2017	540
33.20.4. Regime aberto e crimes militares.....	540
33.21. A súmula vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto	540
33.22. Tabela comparativa entre os regimes.....	542
33.23. Regime especial.....	543
33.23.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos	543
33.23.2. Proibição (ou não) de revista íntima.....	543
33.24. Direitos do preso	545
33.24.1. A questão da visita íntima.....	545
33.24.2. Visita social.....	546
33.24.3. Limitação ao uso de algemas	546
33.24.3.1. Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa	549
33.24.4. A separação dos presos nos estabelecimentos penais	550
33.24.5. Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	551
33.24.6. Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado.	552
33.25. Trabalho do preso.....	553
33.25.1. Política Nacional de Trabalho no sistema prisional	554
33.26. Legislação especial.....	554
33.27. Remição	554
33.27.1. Remição pelo trabalho.....	555
33.27.2. Remição pelo estudo.....	557
33.27.3. Regras comuns à remição.....	561
33.27.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	562
33.27.5. Falta grave e perda dos dias remidos.....	562

33.27.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	566
33.28. Detração penal.....	567
33.28.1. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	567
33.28.2. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	568
33.28.3. Detração penal e pena de multa.....	568
33.28.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade (<i>sursis</i>).....	568
33.28.5. Detração penal e prescrição.....	568
33.28.6. Detração penal e prisão provisória em outro processo.....	569

CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE..... 571

34.1. Conceito.....	571
34.2. Pressuposto.....	571
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	572
34.4. Elementares e circunstâncias.....	573
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	573
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	573
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras.....	574
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	574
34.8. O critério trifásico.....	575
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena--base.....	577
34.9.1. Culpabilidade.....	579
34.9.2. Antecedentes.....	581
34.9.3. Conduta social.....	583
34.9.4. Personalidade do agente.....	584
34.9.5. Motivos do crime.....	585
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	586
34.9.7. Consequências do crime.....	586
34.9.8. Comportamento da vítima.....	587
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	588
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP).....	590
34.10.1.1. Introdução.....	590
34.10.1.2. Conceito.....	591
34.10.1.3. Requisitos.....	591
34.10.1.4. Natureza jurídica.....	595

34.10.1.5.	Prova da reincidência	595
34.10.1.6.	Espécies	595
34.10.1.7.	Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	596
34.10.1.8.	Extinção da punibilidade do crime anterior.....	597
34.10.1.9.	Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário	597
34.10.1.10.	Efeitos da reincidência	598
34.10.1.11.	Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	599
34.10.1.12.	Reincidência e maus antecedentes	600
34.10.1.13.	Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário.....	601
34.10.1.14.	Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios	601
34.10.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP)	602
34.10.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”)	602
34.10.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....	603
34.10.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”)	604
34.10.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”)	604
34.10.2.5.	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”).....	604
34.10.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”)	605
34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”)	606
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”)	606
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....	607

34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	607
34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea “l”).....	608
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	608
34.10.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	608
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	609
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III).....	610
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	610
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP).....	610
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....	610
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II).....	611
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III).....	611
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP).....	616
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	617
34.10.5.1.	Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	617
34.10.5.2.	Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	618
34.11.	A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes).....	618

CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS..... 621

35.1.	Conceito	621
35.2.	Espécies.....	622
35.3.	Natureza jurídica.....	622
35.4.	Duração das penas restritivas de direitos	623
35.5.	Requisitos	624
35.5.1.	Requisitos objetivos.....	624
35.5.2.	Requisitos subjetivos.....	627
35.6.	Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos	628

35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	628
35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	629
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	631
35.9. Momento da substituição.....	631
35.10. Regras da substituição	632
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	632
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva	633
35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	634
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	635
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....	635
35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....	635
35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....	636
35.15. Penas restritivas de direitos em espécie	636
35.15.1. Classificação.....	636
35.15.2. Prestação pecuniária	637
35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções.....	639
35.15.3. Perda de bens e valores	639
35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções	640
35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	640
35.15.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade.....	642
35.15.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados	642
35.15.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais	642
35.15.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade	642
35.15.4.5. Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	643
35.15.5. Interdição temporária de direitos.....	643
35.15.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	644

35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	645
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	645
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	646
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	646
35.15.6.	Limitação de fim de semana	647
CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA.....		649
36.1.	Conceito	649
36.2.	Fundo Penitenciário	649
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	649
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	650
36.4.	Aplicação da pena de multa.....	651
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	652
36.6.	Multa excessiva.....	652
36.7.	Multa irrisória	652
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	653
36.9.	Execução da pena de multa.....	653
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	655
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	656
36.12.	Multa e correção monetária	656
36.13.	Suspensão da execução da multa	656
36.14.	Multa substitutiva	656
36.15.	Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça	657
36.16.	Pena de multa na Lei de Drogas.....	657
36.17.	Pena de multa e violência doméstica E familiar contra a mulher.....	658
CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES.....		659
37.1.	Conceito	659
37.2.	Espécies.....	659
37.3.	Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	659
37.3.1.	Sistema do cúmulo material.....	659
37.3.2.	Sistema da exasperação	659
37.3.3.	Sistema da absorção	659
37.4.	Concurso material	660

37.4.1.	Conceito e dispositivo legal.....	660
37.4.2.	Espécies	661
37.4.3.	Momento adequado para a soma das penas.....	661
37.4.4.	Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção	661
37.4.5.	Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	661
37.4.6.	Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos	662
37.4.7.	Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).....	662
37.5.	Concurso formal.....	662
37.5.1.	Conceito e dispositivo legal.....	662
37.5.2.	Espécies	663
37.5.2.1.	Homogêneo e heterogêneo.....	663
37.5.2.2.	Perfeito e imperfeito	663
37.5.3.	Teorias sobre o concurso formal.....	663
37.5.4.	Aplicação da pena no concurso formal	664
37.5.5.	Concurso material benéfico.....	665
37.6.	Crime continuado.....	665
37.6.1.	Conceito e dispositivo legal.....	665
37.6.2.	Origem histórica.....	666
37.6.3.	Natureza jurídica	666
37.6.4.	Requisitos do crime continuado.....	667
37.6.4.1.	Pluralidade de condutas.....	667
37.6.4.2.	Pluralidade de crimes da mesma espécie	667
37.6.4.3.	Conexão temporal.....	668
37.6.4.4.	Conexão espacial.....	668
37.6.4.5.	Conexão modal.....	668
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	669
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio	669
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena	670
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	672
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo	672
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	672
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	673
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	673
37.7.	Multa no concurso de crimes	674
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes	675

37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado	675
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....	675
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	675
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais.....	675
CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS		677
38.1.	Introdução.....	677
38.2.	Fundamentos	677
38.3.	Unificação de penas	678
38.4.	Competência para unificação das penas	679
38.5.	Nova condenação e unificação das penas.....	679
38.6.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada	679
CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA		681
39.1.	Origem histórica	681
39.2.	Sistemas	681
39.3.	Conceito	682
39.4.	Natureza jurídica.....	682
39.4.1.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	682
39.5.	Requisitos	683
39.5.1.	Requisitos objetivos.....	683
39.5.2.	Requisitos subjetivos.....	684
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i>	685
39.7.	Espécies de <i>sursis</i>	685
39.8.	Condições.....	686
39.9.	<i>Sursis</i> incondicionado	686
39.10.	Período de prova	687
39.11.	Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	687
39.12.	Revogação.....	688
39.12.1.	Revogação obrigatória.....	688
39.12.2.	Revogação facultativa.....	689
39.12.3.	Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional	690
39.13.	Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	690
39.14.	Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	691

39.15. Cassação do <i>sursis</i>	691
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos	692
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos	692
39.18. Prorrogação do período de prova	692
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício	693
39.20. Extinção da pena	693
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados	694
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro	694
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos	695
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	695
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal	695
39.26. <i>Sursis</i> e indulto	695
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário	696
CAPÍTULO 40 - LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	697
40.1. Evolução histórica	697
40.2. Conceito	697
40.3. Natureza jurídica	698
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i>	698
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional	699
40.6. Egresso	700
40.7. Requisitos	700
40.7.1. Requisitos objetivos	700
40.7.2. Requisitos subjetivos	703
40.8. Rito do livramento condicional	705
40.9. Condições	707
40.10. Revogação do livramento condicional	708
40.10.1. Revogação obrigatória	708
40.10.1.1. Inciso I	709
40.10.1.2. Inciso II	710
40.10.2. Revogação facultativa	711
40.11. Suspensão do livramento condicional	712
40.12. Prorrogação do período de prova	713
40.13. Extinção da pena	714
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional	714
40.14.1. Livramento condicional insubsistente	714
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	715

40.14.3. Livramento condicional humanitário	715
40.14.4. Livramento condicional cautelar.....	715
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiro	715
40.14.6. Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	716
CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO	717
41.1. Introdução.....	717
41.2. Pressuposto	717
41.3. Divisão dos efeitos da condenação	718
41.3.1. Efeitos principais	718
41.3.2. Efeitos secundários.....	718
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal	718
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal previstos no Código Penal	719
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do código penal.....	729
41.4.1. Abuso de autoridade.....	729
41.4.2. Suspensão dos direitos políticos.....	730
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	731
41.4.4. Lei de Licitações	731
41.4.5. Lei de Falências.....	731
41.4.6. Lei de Tortura	732
41.4.7. Lei de Drogas.....	732
41.4.8. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor.....	732
41.4.9. Lavagem de capitais	732
41.4.10. Crime organizado.....	733
41.4.11. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	733
41.5. Quadro esquemático	734
CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....	735
42.1. Conceito	735
42.2. Origem histórica	735
42.3. Natureza jurídica.....	735
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	736
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final.....	736
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único	736

42.4.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	736
42.4.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	737
42.4.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo	737
42.5.	Reabilitação e reincidência.....	737
42.6.	Pressuposto e requisitos da reabilitação	738
42.6.1.	Pressuposto	738
42.6.2.	Requisitos.....	738
42.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	738
42.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	740
42.7.	Pedido de reabilitação.....	740
42.8.	Revogação da reabilitação	741
42.9.	Reabilitação e <i>habeas corpus</i>	741

CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA..... 743

43.1.	Conceito	743
43.2.	Distinções entre pena e medida de segurança.....	743
43.3.	Princípios das medidas de segurança	744
43.3.1.	Legalidade	744
43.3.2.	Anterioridade	744
43.3.3.	Jurisdicionalidade	744
43.4.	Requisitos para aplicação	744
43.5.	Conceito de periculosidade	745
43.6.	Espécies de periculosidade.....	746
43.7.	Aplicação da medida de segurança	746
43.8.	Espécies de medidas de segurança.....	748
43.9.	Prazo mínimo da medida de segurança.....	749
43.10.	Prazo máximo da medida de segurança.....	749
43.11.	Execução das medidas de segurança	750
43.12.	Medida de segurança provisória ou preventiva.....	752
43.13.	Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	753
43.14.	Desinternação progressiva.....	753
43.15.	Conversão da pena em medida de segurança.....	754
43.16.	Direitos do internado.....	755
43.17.	Medidas de segurança na Lei de Drogas	755
43.18.	Adolescente infrator e medidas de segurança.....	755

CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....	757
44.1. Introdução.....	757
44.2. Conceito	757
44.3. Características.....	757
44.4. Classificação da ação penal.....	758
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	758
44.4.2. Divisão subjetiva.....	758
44.5. Condições da ação penal	758
44.5.1. Condições genéricas.....	758
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	759
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir	759
44.5.1.3. Interesse processual.....	760
44.5.1.4. Justa causa.....	760
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade.....	761
44.6. Ação penal pública.....	762
44.6.1. Princípios	763
44.6.2. Ação penal pública incondicionada.....	764
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	765
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica	765
44.6.3.2. Representação do ofendido	765
44.7. Ação penal privada.....	770
44.7.1. Prazo	770
44.7.2. Princípios	770
44.7.3. Espécies	772
44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita	772
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	772
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	773
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente.....	773
44.8. Ação penal nos crimes complexos	774
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	774
44.10. Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher	775
 CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	 779
45.1. Introdução.....	779

45.2.	O art. 107 do Código Penal.....	779
45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação	780
45.4.	Efeitos.....	781
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos.....	782
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal	782
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	782
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	784
45.6.2.1.	Anistia	784
45.6.2.2.	Graça.....	785
45.6.2.3.	Indulto	786
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III)	790
45.6.4.	Prescrição, decadência e perempção (inciso IV).....	790
45.6.4.1.	Prescrição.....	790
45.6.4.2.	Decadência.....	791
45.6.4.3.	Perempção.....	792
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V)	794
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa.....	794
45.6.5.2.	Perdão aceito.....	795
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI)	796
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	796
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005	796
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	796
45.6.9.1.	Introdução.....	796
45.6.9.2.	Natureza jurídica	798
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	798
45.6.9.4.	Incomunicabilidade.....	799
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	799
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	800
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	801

CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO..... 803

46.1.	Introdução.....	803
-------	-----------------	-----

46.2.	Origem histórica.....	804
46.3.	Conceito.....	804
46.4.	Fundamentos.....	804
46.5.	Natureza jurídica.....	805
46.6.	Alocação.....	805
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	806
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência.....	808
46.9.	Espécies de prescrição.....	808
46.9.1.	Introdução.....	808
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração....	809
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade.....	810
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	810
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	810
46.10.1.2.	Fundamento.....	810
46.10.1.3.	Cálculo.....	811
46.10.1.4.	Termo inicial.....	816
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências.....	819
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	820
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	823
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares.....	824
46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	824
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	826
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal.....	827
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição....	828
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	830
46.10.2.1.	Conceito.....	830
46.10.2.2.	Cálculo.....	830
46.10.2.3.	Termo inicial.....	831
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência.....	831
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento.....	831

46.10.2.6.	Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação	832
46.10.3.	Prescrição retroativa.....	832
46.10.3.1.	Origem.....	832
46.10.3.2.	Cálculo.....	832
46.10.3.3.	Termo inicial.....	833
46.10.3.4.	Momento adequado para o seu reconhecimento	835
46.10.4.	Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação.....	836
46.10.4.1.	Conceito.....	836
46.10.4.2.	Forma de contagem.....	836
46.10.4.3.	Termo inicial.....	836
46.10.4.4.	Causas interruptivas.....	839
46.10.4.5.	Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	840
46.10.4.6.	Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	840
46.10.4.7.	Prescrição da pretensão executória e indulto	841
46.10.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	841
46.11.	Prescrição das penas restritivas de direitos.....	843
46.12.	Prescrição e detração penal.....	844
46.13.	Prescrição das medidas de segurança.....	844
46.14.	Prescrição e absorção de penas.....	845
46.15.	Prescrição no concurso de crimes.....	846
46.16.	Prescrição da pena de multa.....	847
46.17.	Prescrição na legislação penal especial.....	848
46.17.1.	Lei de Drogas – Lei 11.343/2006	848
46.17.2.	Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	849
46.17.3.	Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	849
46.18.	Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	850
BIBLIOGRAFIA		851